

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.130 - SP (2018/0232190-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
REQUERENTE : REDECOP S.A. INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO
REQUERENTE : TRANSCOOPER SERVICOS DE TRANSPORTE LTDA
REQUERENTE : COTRIJUI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL - EM LIQUIDAÇÃO
REPR. POR : VANDERLEI RIBEIRO FRAGOSO - LIQUIDANTE
ADVOGADOS : CLÁUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA - RS022356
MARCELO CARLOS ZAMPIERI - RS038529
LEONARDO LAMACHIA - RS047477
CINTHIA COELHO DA SILVA - RS046681
RODRIGO DORNELES - RS046421
AUGUSTO BECKER - RS093239
CARLOS EDUARDO ROEHRS - RS094186
REQUERIDO : IHARABRÁS S/A INDÚSTRIAS QUÍMICAS
ADVOGADOS : GABRIEL FELÍCIO GIACOMINI ROCCO - SP246281
NATÁLIA DINIZ DA SILVA - SP289565
MARINA CAETANO SARRAF GALRÃO - SP391132
INTERES. : LUIZ OTTONELLI
INTERES. : CLEDIS MARIA SANGIOVO
INTERES. : OSMILDO PEDRO BIELESKI
INTERES. : CARLOS DOMINGOS POLETTO

DECISÃO

1. Cuida-se de pedido incidental de tutela de natureza cautelar formulado pela recorrente Redecop S.A. Indústria, Comércio, Importação e Exportação objetivando a concessão de efeito suspensivo a recurso especial, interposto pela recorrente e outras em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO DISCUSSÃO SOBRE LEGITIMIDADE E INTERESSE NA INTERPOSIÇÃO DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA Em se tratando de incidente de desconconsideração de personalidade jurídica, a pessoa jurídica originariamente demandada, em tese, possui interesse e legitimidade na discussão da questão, visando a defender sua regular autonomia e administração Precedentes do STJ Preliminar arguida nas contrarrazões rejeitada.

EXECUÇÃO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INDICAÇÃO DE MAIS DE UMA PESSOA PARA COMPOR O POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO PRAZO INDIVIDUAL PARA MANIFESTAÇÃO NA FORMA DO ARTIGO 135 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Em se tratando de execução, o prazo para a defesa, em regra, é individual, como se extrai do comando contido no art. 915, § 1º do CPC Incidente verificado no

curso da execução, determinando o art. 135 do CPC que a manifestação do citado para compor o polo passivo da execução deverá ser feita em 15 dias da citação Ausência de qualquer referência nessa norma à regra do art. 231, § 1º do mesmo estatuto Norma do art. 135 que faz menção, ademais, a prazo para manifestação e não para contestação Decisão acertada Recurso desprovido.

Narra a requerente que, em sede de execução por título extrajudicial ajuizada pela requerida em face da Cooperativa Agropecuária e Industrial - Cotrijuí e outros foi requerido o incidente de desconconsideração inversa da personalidade jurídica de quatro controladas da executada, tendo o processamento sido deferido.

Pondera que, após os retornos das cartas de citação de apenas duas controladas, sem que tenha havido nova tentativa de citação, para surpresa das demandadas, o Juízo de origem considerou ter havido o decurso do prazo para manifestação, determinando a sua inclusão no polo passivo da execução.

Expõe que a decisão foi confirmada pela Corte de origem, em violação ao art. 231, § 1º, do CPC, pois, havendo mais de um sócio ou pessoa jurídica sendo demandado para manifestar-se acerca da desconstituição da personalidade jurídica, o termo inicial do prazo para contestação corresponderá à juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado, cumpridos positivamente.

Diz que, à luz do art. 135 do CPC, a desconconsideração da personalidade jurídica depende da prévia angularização do incidente, respeitando-se as garantias do contraditório e da ampla defesa, reverberadas no art. 231, § 1º, do Códex.

Afirma que o perigo da demora está consubstanciado no fato de que, após o julgamento, por outro tribunal de justiça, dando parcial provimento a um agravo de instrumento para conceder à cooperativa executada a suspensão prevista no art. 76 da Lei n. 5.764/1971, a exequente insistiu nos pedidos de bloqueio e penhora de 10% do faturamento líquido de todas as executadas, o que foi deferido pelo Juízo de primeira instância.

Aduz que a medida é desproporcional e inviabiliza a continuidade de suas atividades, colocando em risco o emprego de mais de 260 colaboradores diretos de seus supermercados, implicando em constrições por meio do sistema *Bacenjud* de seu faturamento.

Obtempera que o processo de execução originário deve permanecer suspenso, conforme disposto no art. 134, § 3º, do CPC.

Consigno que dei provimento ao AREsp 1.360.297/SP, para determinar a sua conversão no presente recurso especial.

Anoto, ainda, que, no recurso especial interposto com fundamento no art.

105, III, *a*, da Constituição Federal pela Requerente e outras é aduzido que: a) a execução tem valor originário de R\$ 1.154.606,96; b) a recorrida postulou a desconsideração inversa com base no art. 50 do CC, requerendo a inclusão de pessoas jurídicas que formam grupo econômico em conjunto com a recorrente Cotrijuí; c) as citações de duas pessoas jurídicas retornaram sem cumprimento, entretanto o Juízo deferiu a inclusão das citadas no polo passivo da execução, realizando bloqueio de ativos financeiros pelo sistema Bacen-jud; d) a decisão, confirmada pela Corte local, deve ser reformada, pois viola o disposto no art. 231, § 1º, do CPC, que tem aplicação concorrente com o art. 135 do CPC; e) a discussão é inédita no âmbito do STJ, pois trazida pelo novo CPC, que impõe o contraditório prévio em relação aos efeitos da desconsideração da personalidade jurídica, instituindo um procedimento autônomo; f) não houve a prévia angularização do incidente; g) segundo a doutrina de José Tadeu Neves Xavier, se os réus do incidente forem duas ou mais pessoas, o prazo de 15 dias terá início a partir da juntada do último mandado de citação cumprido; h) o prazo em questão é, por expressa disposição legal, de citação, sendo inaplicável o art. 915, § 1º, do CPC, pois o incidente necessita de prévia instrução, a teor do art. 136.

É o relatório. Decido.

2. O deferimento de efeito suspensivo a recurso especial pressupõe plausibilidade das alegações deduzidas pelo requerente a revelar, em sede de cognição sumária, reais possibilidades de êxito do apelo extremo (*fumus boni iuris*).

Por outro lado, faz-se necessário que, em razão da demora do trâmite normal do processo, a espera pela apreciação do mérito recursal seja apta a causar dano irreparável ou de difícil reparação ao recorrente, com risco à eficácia da tutela jurisdicional a ser entregue posteriormente (*periculum in mora*).

Sobre o tema, o novo Código de Processo Civil, em seu art. 300 e parágrafos, assim dispõe sobre a tutela provisória de urgência:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem **a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.**

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - DECISÃO QUE INDEFERIU O PLEITO LIMINAR ANTE A AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA FINANCEIRA.

1. O uso da cautelar/tutela de urgência no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça é medida excepcional que visa a impedir o perecimento do direito e a consequente inutilidade do provimento jurisdicional futuro.

2. **À concessão do efeito suspensivo aos recursos extraordinários, por meio de tutela de urgência, faz-se necessária a presença concomitante dos requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora: o primeiro relativo à plausibilidade, aferida em juízo sumário, da pretensão recursal veiculada no apelo extremo (sua probabilidade de êxito) e o segundo consubstanciado no risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real.**

3. Na hipótese, não restou demonstrada a presença concomitante dos requisitos referidos, porquanto além de o reclamo ter sido inadmitido na origem ante sólidos fundamentos, no mérito, são aplicáveis os óbices das súmulas 735/STF e 7/STJ, pois para o acolhimento da pretensão recursal, seria imprescindível promover o reexame do acervo fático-probatório dos autos.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no TP 465/RN, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 29/06/2017)

3. O acórdão recorrido dispôs:

Dispõe o artigo 135 do Código de Processo Civil que “o sócio ou a pessoa jurídica interessada serão citados para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 dias” (g.n.).

Sendo assim, não se trata de contestação e, além disso, não há qualquer referência nessa norma do art. 135 à do art. 231, § 1º do mesmo estatuto. Lembre-se que se trata de processo de execução realizado no interesse do credor (CPC, art. 797) cuja natureza demanda celeridade, sob pena de não se alcançar a satisfação do débito.

E o prazo para defesa na execução por regra, é individual. É o que se extrai do comando contido na norma do art. 915, § 1º do Código de Processo Civil: “Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do respectivo comprovante da citação, salvo no caso de cônjuges ou de companheiros, quando será contado a partir da juntada do último”.

Nesse sentido, aguardar a citação das demais pessoas jurídicas (Pacpart e Cotriexport) é causar um injustificado retardamento ao andamento da execução, o que é inadmissível.

Cada qual, ademais, pode exercer regularmente o seu direito de defesa, na forma prevista em lei.

As pessoas jurídicas agravantes incluídas no polo passivo da execução no

incidente foram citadas para a devida manifestação no prazo de 15 dias e, assim, já lhes foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, não havendo violação a qualquer norma constitucional.

Em suma, não obstante o exposto pelas agravantes, a contagem desse prazo do art. 135 se dá de forma individual, ou seja, a partir da citação de cada um. Insista-se que se não trata de contestação, mas sim de manifestação, sem qualquer referência nessa norma à do 231, § 1º do Código de Processo Civil, não podendo ser acolhidos, pois, os fundamentos trazidos em seu recurso, respeitado entendimento em sentido diverso.

Daí por que, à vista dos elementos que se inferem do exame deste recurso, de rigor a manutenção da r. decisão.

No caso concreto, entendo presente o perigo da demora, pois o montante executado é realmente vultoso, a par de que as medidas constritivas alegadas pela recorrente, parece, são manifestamente desproporcionais, visto que penhora em substancioso percentual de 10% de faturamento de entidade do setor supermercadista é, *data maxima venia*, medida manifestamente temerária, alheia à realidade.

Como é notório trata-se de setor que opera com reduzida margem de lucro sobre o faturamento, sendo plausível a tese de que a medida coloca em risco a solvência da Requerente e, por conseguinte, o trabalho/remuneração de seus colaboradores.

Em um exame perfunctório, cabível neste pedido de tutela provisória, entendo também presente a fumaça do bom direito.

De fato, no recurso especial é suscitada a relevante tese acerca de que não há confundir processo de execução com o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, estabelecido pelo novo CPC justamente para propiciar um amplo contraditório prévio, a envolver terceiro que nem sequer integrou a lide ou o negócio subjacente ao título extrajudicial que embasa a execução.

Por um lado, é bem de ver que a desconconsideração da personalidade jurídica pode ser requerida na própria petição inicial, hipótese "em que o contraditório se faz na própria contestação, dispensando a realização de incidente autônomo. Nesse caso, para o processo, devem também ser citados o sócio ou a pessoa jurídica que poderão ser atingidos pela desconconsideração" (Marinoni, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo código de processo civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015 p. 209).

Por outro lado, corroborando a doutrina trazida pela Requerente, o art. 135 do CPC é explícito acerca de que, no incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será **citado** para manifestar-se e requerer as provas cabíveis, a tornar plausível a tese do recorrente de que, em interpretação sistemática do Códex, a questão também é orientada pelo art. 231, §

1º, do mesmo Diploma, a estabelecer que, quando houver mais de um réu, o dia do começo do prazo para contestar corresponderá à última das datas a que se referem os incisos I a VI do *caput*.

Aliás, a doutrina amplamente majoritária propugna que o incidente impõe a citação para o contraditório do sócio e/ou a sociedade que poderão ser atingidos pela desconsideração, a par de o art. 134, parágrafos 1º e 2º, do CPC estabelecer que a instauração deverá ser imediatamente comunicada ao distribuidor, dispensando-se a instauração apenas se for requerida na petição inicial, reiterando o Códex que, nesse caso, será **citado** o sócio ou a pessoa jurídica.

Em um exame ainda perfunctório, cabível na presente via, também soa estranho que a desconsideração da personalidade jurídica venha a tramitar sem a angularização processual, visto que teria o nítido condão de ocasionar tumulto à regular marcha processual e à instrução. E também, em linha de princípio, a angularização propicia a prolação de decisão de maior qualidade, após o magistrado tomar ciência de todas as teses dos envolvidos, que não raramente são inconciliáveis.

Com efeito, em sendo nítida a possibilidade de dano irreparável - que poderá ocorrer sem ao menos ter sido instalado um mínimo contraditório prévio acerca da desconsideração da personalidade jurídica -, assim como a plausibilidade do direito alegado, sendo certo que a consequência do incidente, à luz do art. 134, § 3º, do CPC é a suspensão do "curso do processo até sua decisão" (Marinoni, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo código de processo civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015 p. 209).

Deveras, como, na vigência do novo CPC, é tema de enfrentamento inédito no âmbito do STJ, entendo prudente a revogação das medidas constritivas a envolver o patrimônio de terceiros, sem nem mesmo um mínimo contraditório prévio, até o julgamento do recurso especial.

4. Ante o exposto, preenchidos os requisitos legais, defiro o pedido de tutela de urgência, em caráter liminar, para atribuir efeito suspensivo ao Recurso Especial, revogando as medidas constritivas a envolver o patrimônio da requerente, e também suspendendo, no tocante aos demandados no incidente de desconsideração da personalidade jurídica, o processo executivo.

Publique-se. Intimem-se. Comunique-se com urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator